

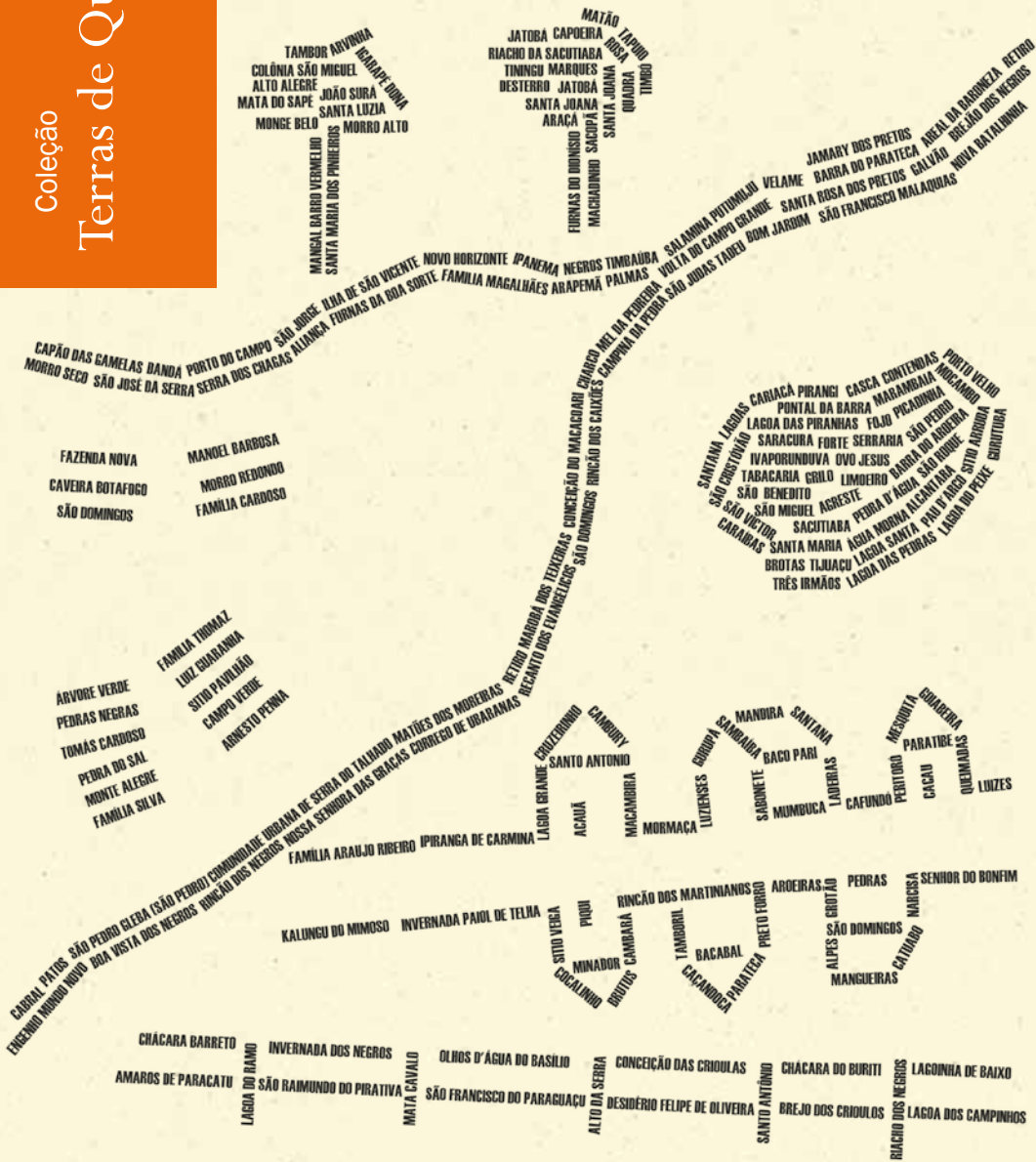


Coleção

Terras de Quilombos

Sergipe

Comunidade Quilombola Povoado Forte



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Povoado Forte

A comunidade Quilombola Povoado Forte está localizada na região centro-norte do estado de Sergipe, no semiárido. Seu território é abarcado por dois municípios: Nossa Senhora das Dores e Cumbe, sendo que este último abrange o espaço onde as residências se concentram. A comunidade é formada por cerca de 80 famílias que se dividem em dois grupos locais conhecidos como *Forte* e *Coité*. Todos fazem questão de ressaltar que, mesmo que existam hoje essas duas localidades, trata-se de um quilombo só. Nos tempos antigos, todos os habitantes do quilombo moravam em Coité e a localidade de Forte seria mais recente.

A comunidade é originada por três troncos familiares: o *Tronco do Velho Horácio*, cujo patriarca atual é Sr. Henrique Horácio dos Santos, o *Tronco da Velha Maria Rosa*, cujo patriarca é Sr.





Vista do Povoado Forte

Genílson Gonçalves Santos, e o Tronco da Velha Maria Jardelina, que hoje tem como matriarca Dona Carmelita Nunes da Silva, conhecida como Dona Biu. Foram essas antigas famílias negras que, através de suas relações de pertencimento, alianças e parentesco, criaram o que hoje conhecemos como o Território Quilombola Povoado Forte.

A certidão de autorreconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo foi emitida pela Fundação Palmares em 2006. O processo de titulação do território quilombola, que abrange uma área de 1.460 hectares, encontra-se em andamento no INCRA. Já foi realizado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade e publicado no Diário Oficial da União em 23/12/13, estando atualmente em fase de análise e julgamento de contestações.

Narrativas de origem

“Minha bisavó foi de sandália pra Bahia e comprou uma légua de terra quadrada.” De acordo com Sr. Henrique Horácio dos Santos, assim começa a história oficial da Comunidade Forte. Sua bisavó – mãe do seu avô Manuel Padre – teria adquirido uma légua de terra quadrada de proprietários baianos e viajado até Salvador para regularizá-la. Sr. Henrique descreve a área comprada:

Atingia aí do Araçá, uma fazenda que tem ali pra frente, que tem um tanque, cruzava e ia plantar lá perto do Açude Novo. Do Açude Novo vinha e cruzava, passa numa cruzada de Coité, e ia sair no Filipe, uma légua quadrada.

De acordo com ele, embora sua bisavó tivesse registrado as terras, os documentos se perderam com o tempo. A história de origem da Comunidade Forte é apenas conhecida por testemunhos transmitidos de



Sr. Henrique Horácio

geração em geração. A falta de documentos escritos atestando a origem, a ocupação e o modo de vida da comunidade nos tempos mais antigos é frequente na história de muitos quilombos, cuja memória e a tradição costumam ser passadas através da oralidade.

No entanto, uma busca pela história oficial dessa região de Sergipe revela uma relação direta com as informações advindas das memórias da comunidade. No período colonial escravista, o sertão sergipano – onde está localizada a Comunidade Forte – era considerado uma área marginal, isolada, pouco produtiva, em contraste com a região litorânea e a zona da mata, onde estavam localizados os mais prósperos engenhos de açúcar e latifúndios canavieiros e, portanto, onde concentrava-se a maior parte da mão de obra escravizada.

Assim, a região sertaneja constituiu-se, tanto no período escravista quanto após a Abolição, como um espaço aberto à chegada de escravizados fugidos ou à migração de libertos que logravam recomeçar a vida longe daquele ambiente de escravidão. Foi provavelmente nesse contexto que se instalaram os primeiros negros nas terras de Forte.

Como conta Dona Maria Santos, **os antepassados do tronco do Velho Horácio foram os primeiros a chegar e já habitavam essas terras antes da aquisição pela bisavó de Sr. Henrique**: “Esses eram daqui mesmo... Pra esse pessoal, pra esse Mané Padre, pra eles ficarem aqui com essas terras, eles compraram.” O Sr. Genilson também dá seu testemunho sobre os ancestrais mais antigos: **“o finado Horácio, eu acho que nasceu da terra”**.

Todos os moradores de Forte narram a história de formação da comunidade a partir da fusão de um grupo de indígenas migrantes – vindos de Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas – com o núcleo familiar de negros que já vivia na região do povoado Forte. Sr. Genilson conta que seus avós eram índios fugidos que chegaram e foram acolhidos pela



Dona Biu

família de negros que já residia na área. De acordo com ele: “**aqui era uma senzala. Era habitada de todo tipo de gente que vai chegando aqui.**”

Havia um padrão recorrente de casamento de negros com índias, originados a partir de práticas de captura de crianças indígenas. Dona Biu relata que seu avô e seu pai eram negros que residiam em Coité, enquanto sua mãe e sua avó eram índias:

Minha mãe era de Palmeira dos Índios. Minha mãe veio de lá desse tamaninho... Minha vó veio de lá também, quando ela passou no rio ela não quis sair de dentro do rio, meu avô que pegou assim no braço dela, ela resistiu, ela queria morrer pra não vir. Ela tinha a irmã dela aqui, mas ela não queria vir.

“Tempos do mato” e “tempos do capim”

A memória coletiva dos moradores de Forte ressalta uma fronteira entre “os tempos dos antigos” ou “os tempos do mato”, e “os tempos do capim” ou “os tempos atuais”. **O “tempo dos antigos”, dos ancestrais pioneiros, era marcado pelo pleno acesso à terra, às matas e a antigos locais de lazer.** Essa época é também lembrada como um tempo em que era possível plantar roças de subsistência e praticar o usufruto coletivo de diversos recursos naturais.

No entanto, **com a chegada de um novo modelo produtivo na região, baseado na exploração comercial de pastagens para pecuária, Forte passou a viver um processo progressivo de perda territorial e**

proibição do acesso a recursos naturais, elementos cruciais para a sobrevivência e reprodução física e cultural do quilombo. Hoje, constrangidos pelos fazendeiros e demais invasores, os quilombolas ocupam uma reduzida parcela do seu território original. Sr. Henrique narra a chegada de grandes proprietários e seu avanço sobre as terras ancestrais da comunidade:

Aqui os brancos tomaram a terra toda do Forte... Os brancos foram empurrando, empurrando, empurrando, a bem dizer, ficou um ovo... Bom, e aí os brancos foram chegando, chegando e chegando, empurrando os valados... Arranjava cem homens ou duzentos. Era uns de picareta, outros de pá.

Tal apropriação das terras do quilombo se deu em grande medida por meio de compras efetuadas em momentos de fragilidade econômica ou emocional do grupo. Além disso, era comum ocuparem áreas maiores do que as que haviam sido negociadas, muitas vezes empregando estratégias de constrangimento e uso da força. Frequentemente utilizavam a violência física e meios para desarticular a comunidade negra ali presente, como quando forçaram a venda de um pedaço de terra por “um litro de milho”. Como atesta Sr. Henrique:

Esses terrenos não foram comprados todos não, rapaz, tudo os brancos tomaram aí dos pequenos... tudo tomado, rapaz, assim: se comprava cinquenta, cercava quinhentos a mil, conforme a posse daquela pessoa que tivesse. Era tomado na tora ...

Nas memórias da comunidade, dois grandes proprietários ficaram marcados como autores de grande parte dessas apropriações espúrias. De acordo com um morador: “Bom, se eu tinha 10 tarefas, um lote de terra de 10 tarefas de terra, eles tomavam. Tinham capanga. Se nego reclamava, derrubavam.”

A partir daí, começou um processo crescente de desmatamento, destruição dos recursos naturais e cercamento das terras da comunidade, que perdura até os dias de hoje, impactando fortemente o modo de vida tradicional dos moradores do Forte e trazendo dificuldades para a sobrevivência do grupo.

Para os moradores do Forte, o mato e o capim são importantes símbolos das mudanças que marcaram a separação entre os tempos antigos e os tempos atuais. **Se os tempos antigos eram o tempo das**



Invasão da pecuária no território quilombola

matas, da abundância de recursos da natureza, o capim representa o avanço da pecuária intensiva, com as consequências negativas advindas dela: o desmatamento e a opressão dos trabalhadores rurais. Enquanto o capim carrega essa conotação negativa na visão dos quilombolas, o mato é percebido como a referência que liga o povo ao seu território: é do mato que se extraem as ervas, a caça, os alimentos, é ele que guarda as histórias dos ancestrais. É nele que habitam os elementos ocultos e os seres encantados com os quais a comunidade convive.

Rezas, curas, seres encantados e religiosidade

As práticas tradicionais de cura por meio do uso de ervas existentes no mato são uma especialidade notável entre os quilombolas do Forte. O atual uso de medicamentos farmacêuticos pelos moradores não exclui os saberes transmitidos pelos antepassados para o tratamento de males de saúde. Os chás de folhas são muito utilizados para tratar diversas doenças e ainda para curar mau olhado ou outras maldições. A vassourinha, por exemplo, é uma planta utilizada como chá ou para fazer banho para afastar *olhado*. A prescrição e a realização deste tipo de chá ou banho para fins de cura do espírito são feitas pelas benzedeiiras, que possuem um dom e receberam este conhecimento dos ancestrais. Sra. Enedina, benzedeira e parteira cega, é conhecida no Forte por seu domínio dos conhecimentos tradicionais de cura, dos modos de acompanhamento das gestantes e pela forma correta de se rezar e benzer.

As benzedeiiras e as rezadeiras também auxiliam a passagem de pessoas falecidas. Dizem no Forte que quando uma criança que não foi batizada na igreja falece, seu choro pode ser ouvido junto aos pequenos



Sra. Enedina

matos próximos aos “cruzeiros”, no encontro das estradas no interior da comunidade, ou mesmo junto aos pequenos canteiros de flores. Nessas ocasiões é necessário chamar a rezadeira ou alguém que saiba dizer as palavras certas para que “o anjo possa descansar em paz”.

Há ainda a figura do *xangozeiro*, responsável também por rituais de cura e pela intermediação com o sagrado. Assim como as benzedeadas e as rezadeiras, o *xangozeiro* possui o dom de lidar com a saúde das pessoas e com problemas relacionados ao dia a dia daqueles que o procuram. O conhecimento advindo do antigo Terreiro de Xangô remete aos antepassados. Como relata Sra. Maria: “Na casa da minha avó tinha também um terreiro, Terreiro de Xangô, que tinha um pessoal que juntava do Coité, e vinha na casa dela fazer.”

As práticas de benzeção, cura e as entidades ligadas ao sagrado, como *xangô* e o *caboclo*, citados em muitas narrativas, se mesclam com o culto aos santos padroeiros do catolicismo. Tanto assim que a festa de São João é uma das mais importantes tradições do calendário religioso da Comunidade Forte.

Há outros seres encantados que guardam uma forte conexão com o mato do antigo território quilombola. Um deles é a *Caipora*. Ela tem o poder de confundir os caçadores, fazendo-os “perder rumo”, invertendo as direções. É possível sentir a presença da *Caipora* através de seus longos assobios que levam as pessoas a tomarem cuidado ao adentrar na mata. Segundo as narrativas, com a diminuição das áreas de mata, a *Caipora* passou a não ser tão facilmente encontrada.

No Forte, mesmo aqueles que nunca defrontaram-se de forma direta com a *Caipora*, ou seja, nunca foram ludibriados por ela durante

um ato de caça, conhecem e sabem da possibilidade de encontro com ela a qualquer momento na natureza. Sr. José e D. Maria falam sobre a caipora:

José: Foi a caipora. Saí de casa às 11 horas da noite, pegar um carro pra viajar, e aqui dentro do pátio tinha mato, daí eu entrei, deixei os cavalos encostados, cheguei, saiu caminhando, deu duas entrada mais três, eu achei que estava no terreno. Fiquei, fiquei, doido, todo lugar tinha luz, eu não sabia onde estava, aí eu fiquei lá, à luz do dia, mas ainda atrapalhado da cabeça e os cavalos à solta. Quando o sol apontou, que vermelhou, o cavalo estava assim, eu caminhei pro cavalo, voltou pra dentro do mato. Quando eu botei o cabresto do meu cavalo, ela deu um assovio que eu fiquei arrepiado, aí eu olhei, estava dentro do pasto. E eu: “se existia a caipora, eu fui enganado hoje”. Mas eu não vi, vi foi o assovio, e me arrepiei todo. Era tipo um negócio encantado, enganado. Ela não bateu, mas eu dormi no mato, perdido.

Maria: minha avó dizia assim, que quando ela assovia muito forte, ela tá longe.

José: Se ela assovia aí, todo mundo aqui fica surdo.

Maria: Aí ela tá longe, se ela assovia bem baixinho, tá bem pertinho.

José: Agora, uns chamam saci, outros chamam Caipora, a história é essa. Eu queria ver ela em pessoa, para saber como ela é.

O Sr. Geniston Gonçalves da Silva também dá seu testemunho sobre a caipora:

Ela exige, a gente leva fumo, leva comida, se a pessoa levar uma comida apimentada ou com alho ela não encosta. Perseguido você se perde no lugar mais aberto do mundo, parece coisa de cinema viu?! Você se perde no lugar mais limpo, mais aberto que existir! Não tem lanterna, não tem nada, você não acha saída pra canto nenhum do mundo!

Outro fato relatado pelos quilombolas e que causa-lhes arrepios é o Fogo Corredor, uma espécie de fogo fátuo que vaga pela noite desde os tempos dos antepassados. Sua aparição está relacionada a infortúnios ocasionados por relações incestuosas, como por exemplo entre compadres.

Assim como com a Caipora, a diminuição do mato também afastou o Fogo Corredor. Como mostra o Senhor Henrique Horácio dos Santos:

Tinha mais, mas hoje tá quase acabado. Fogo Corredor também, ninguém vê mais. A gente assim, de noite assim, sete, oito horas, a gente via nos olhos dos paus, pá-pá-pá, aqueles esqueletos. As faíscas descendo, mas não pegava fogo no mato não. Só pra gente ver... É que compadre e comadre tinham feito alguma safadeza em vida...

Modos de vida no presente

Atualmente as principais atividades produtivas dos quilombolas do Forte estão relacionadas à produção de subsistência de culturas temporárias, como o milho e a mandioca, plantados em pequenas áreas, quase sempre no quintal de casa. No território, há uma casa de farinha comunitária que absorve a produção de mandioca da comunidade, agregando valor ao excedente e otimizando o consumo interno.

No entanto, **grande parte dos moradores, não tendo espaço para desenvolver a agricultura familiar, têm que prestar serviços nas fazendas de corte bovino e nas agroindústrias da região.** Nesses casos, o mais comum é não terem vínculo empregatício, sendo popularmente conhecidos como trabalhadores de aluguel. Os programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família, têm contribuído na renda familiar de muitos habitantes do território, assim como os proventos dos pensionistas e previdenciários.

Apesar da diminuição das áreas de mata no território e da restrição de acesso imposta pelos grandes fazendeiros, alguns quilombolas ainda caçam, principalmente aves e répteis. O território é abastecido pelo Rio Japarutuba, um importante rio perene. Durante o inverno, período de “enxurrada” do rio, alguns moradores realizam a pesca de camarões pitus e de pequenos peixes, fazendo uso de redes tipo *gereré*. Os moradores relatam que hoje a pesca é incipiente em comparação aos tempos antigos, quando havia mais fartura de peixes e camarões no rio.

As mulheres da comunidade possuem ocupações variadas: algumas trabalham nas fazendas da região, outras prestam o serviço de empregadas domésticas em outros municípios, e há ainda as que trabalham exclusivamente desempenhando as funções do lar. Muitas mulheres

também fazem artesanatos manuais, como bordados, confecção de bonecas de pano e fuxico, cestos de palha e redes de pesca. No entanto, há uma reclamação constante por parte delas da dificuldade para continuar a fazer esses trabalhos, devido à falta de recursos de custeio e de auxílio na produção e comercialização das peças.

Na Comunidade Forte há alguns serviços públicos disponíveis. Na área da saúde, há um estabelecimento de atendimento médico ambulatorial que recebe visitas quinzenais de um médico e um enfermeiro. Há também um agente de saúde que reside na comunidade, realizando o acompanhamento por domicílio. Os programas de atendimento básico são o Programa Saúde da Família e o Programa Agentes Comunitários de Saúde. Quando é necessária utilização de serviços hospitalares ou de maternidade, os moradores do Forte vão até instituições nas cidades vizinhas de Nossa Senhora das Dores ou Capela, e, em casos mais sérios, são encaminhados a Aracaju, quando há disponibilidade de ambulância no município.

Na área da educação, o território do Forte é atendido por duas escolas municipais, que abarcam alunos com idade pré-escolar até a 4ª série. Para cursar o ensino médio, os alunos têm que se deslocar para a sede do município de Cumbe, que fornece transporte escolar. Há a atuação dos programas Sergipe Alfabetizado e Programa Mova Brasil, com professores da própria comunidade. Ambos projetos têm alfabetizado muitos jovens e adultos do Forte.

As habitações são em sua maioria casas de alvenaria, compostas por dois a três cômodos, algumas sem banheiro. Há ainda casas de taipa remanescentes dos tempos antigos. O povoado é todo pavimentado por paralelepípedos e abastecido com energia elétrica. Já a rede de distribuição de água possui um fornecimento inconstante. Alguns habitantes



Casa de farinha comunitária



Colcha bordada por mulheres quilombolas



Bonecas de pano confeccionada por mulheres quilombolas

utilizam tanques e nascentes da região para consumo. Não há redes de esgoto sanitário nem sistema de tratamento, sendo utilizadas fossas sépticas e comuns. A coleta de lixo é feita semanalmente na comunidade, ficando parte do lixo a cargo dos habitantes que têm que queimá-lo ou soterrá-lo. Há um lixão a céu aberto no território que recebeu por um período os resíduos coletados da cidade de Cumbe.

No interior da comunidade há uma quadra de esporte pavimentada, onde jovens e adultos praticam principalmente o futebol. Há também praças arborizadas muito frequentadas pelos moradores. São organizadas com frequência na comunidade, excursões a praias e cidades sergipanas, contando principalmente com a presença dos idosos.

Um lugar importante para os habitantes do Forte é o cemitério da comunidade, que permite que os parentes mortos sejam enterrados em terras do seu próprio território. Os quilombolas contam que antes, quando não havia o cemitério, os mortos tinham que ser enterrados no povoado ao lado.



Posto de atendimento médico na comunidade.



Quadra de esportes



Entrada do cemitério do Povoado Forte

A luta quilombola

A história recente do Povoado Forte foi marcada por uma série de perdas territoriais que vêm causando sérios prejuízos para a qualidade de vida de seus moradores. A luta pelo reconhecimento como comunidade quilombola e pela titulação do território são, portanto, cruciais para a continuidade do grupo. A expropriação imposta pelos fazendeiros desde o começo dos “tempos do capim” vai de encontro ao modo de vida dos quilombolas, pautado no uso coletivo da terra e no compartilhamento de saberes e experiências comuns. Como relata o Senhor Genilson Gonçalves dos Santos:

Aqui não existia dono não, era como fosse da humanidade
... Não existia dono, só o valado, cavava uma valeta no chão e formava aquela terra. Através de valado, cada qual foi cercando um pedaço, fazendo aquele mundo... **Já hoje não tem a terra pra trabalhar...**

Os quilombolas do Forte, no entanto, lutam ativamente para mudar essa realidade de exclusão. A Associação Comunitária de Remanescente de Quilombo João Almeida da Silva, foi criada para fazer a mediação entre a Comunidade Forte e o poder público, além de reivindicar e executar ações para o desenvolvimento social e econômico dos moradores e o resgate e a valorização da cultura quilombola.

Através da associação, a comunidade recebeu a Certificação de Remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares e desenvolveu projetos como o Manifestações Culturais, realizado por meio da Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (Pronese). O Projeto

Manifestações Culturais proporcionou aos moradores de Forte cursos e atividades ligadas à cultura afro-brasileira, como capoeira, dança afro, percussão e samba de roda. De acordo com a presidente da associação, Elma Nunes da Silva, iniciativas como essa são muito importantes para a comunidade, motivando-os a preservar suas origens e suas manifestações culturais.

A Associação do Quilombo Forte é integrante da Associação Estadual das Comunidades Quilombolas de Sergipe (AECQS), que tem como missão realizar uma articulação política entre as associações quilombolas do estado e acompanhar a tramitação dos processos de titulação dos territórios de cada comunidade. Forte também possui representatividade na Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ). Esses órgãos de representação coletiva são fundamentais para unir forças a fim de acionar o poder público, dar visibilidade à causa quilombola, garantir e ampliar seus direitos.

Esta narrativa foi composta por Juliana Soares Campos a partir do Relatório Antropológico “Comunidade Remanescente de Quilombo Povoado Forte, Município de Cumbe/SE”, de autoria de Mariana Balen Fernandes, antropóloga (coordenadora), Aderval Costa Filho, antropólogo, Rafael Lopes Franco, engenheiro agrônomo, Vinicius Pereira de Oliveira, historiador e Cristian Jobi Salaini, antropólogo, em dezembro de 2010. Informações adicionais foram obtidas nos sites <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/agricultura/comunidades-quilombolas-sao-atendidas-pelo-projeto-prosperar> e <http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=11261>. Todas as fotos foram obtidas do Relatório Antropológico.

Uma palavra da comunidade

Povoado Forte

O importante não é vencer todos os dias, mas lutar sempre. Não vamos desistir diante do primeiro obstáculo. Vamos fazer degraus para chegarmos à vitória. Unidos é que somos fortes. Não vamos deixar nada nos parar. Vamos estar sempre em continuidade. Somos guerreiras e guerreiros negros. Quilombolas sim. E a luta de todo dia é a nossa.

Nossa principal conquista na comunidade foi o reconhecimento como quilombolas. Assim resgatamos a nossa cultura: o samba, a capoeira, a dança afro. Conseguimos também comprar todos os instrumentos de percussão, da capoeira, do samba de roda, do samba de pareia, e além disso, conseguimos através de um projeto em 2012 construir uma banda. Nossa cultura é uma parte muito importante de nós, por isto deve ser preservada.

Temos muitas dificuldades ainda em nossa comunidade, como acesso a água e luz, além de pouco transporte e postos de trabalho para moradores. Também enfrentamos problemas de moradia. Fora a luta por nossas terras. Projetos temos muitos, queremos colocá-los em prática o quanto antes.

Para nosso sustento, trabalhamos com agricultura. Cultivamos milho e mandioca. Também produzimos artesanato. Mas infelizmente não temos condições de levar nosso trabalho para fora da comunidade pois é muito difícil sair daqui.

Por agora sonhamos em ter um Centro Cultural dentro de nossa Comunidade para que possamos desenvolver todos os nossos projetos e cultura.

Queremos destacar também pessoas ilustres em nossa Comunidade.



Esta é Maria Dardilina de Jesus, primeira moradora negra vinda com apenas 5 anos de Palmeira dos Índios, e falecendo com mais de 100 anos. Ela era casada com João Luciano dos Santos, que sabia fazer remédio com veneno de cobra. Quando uma pessoa era mordida, ele logo dava o remédio e a pessoa ficava curada. Quando ele faleceu, deixou seu genro: João Almeida da Silva, que deu continuidade nos medicamentos, aplicava injeções e fazia curativos. E ainda deixou sua esposa, dona Biu, para realizar estas atividades com todos da Comunidade.

A primeira rezadeira que tivemos aqui foi Maria Vitalina e dona Rivalva. E as parteiras Maria Quitéria e Valdicia. O primeiro vereador aqui da comunidade que foi João Almeida da Silva, que também foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Foi um líder na comunidade. Doando terras para a escola, contribuindo muito para a vida de todos, oferecendo trabalho, e ajudando as pessoas no tempo das secas.

Esta Palavra da Comunidade foi construída com relatos de dona Elma Nunes da Silva, presidente da Associação de moradores de Forte. Todas as fotos também são de sua autoria. Com colaboração de Marilene Ribeiro.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS

COORDENAÇÃO GERAL Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães,
Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer,
Rodrigo Ednilson de Jesus

CONCEPÇÃO DE TEXTO,
EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus,
Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques

CONSULTA ÀS COMUNIDADES Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro

ADMINISTRAÇÃO Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins,
Danúbia Zanetti

MAPAS E FOTOGRAFIAS Alexander Cambraia N. Vaz

PROJETO GRÁFICO Paulo Schmidt

C198co Campos, Juliana Soares
Comunidade Quilombola Povoado Forte /Juliana Soares Campos. - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório antropológico "Comunidade Remanescente de Quilombo Povoado Forte, Município de Cumbe/SE de: Mariana Balen Fernandes, antropóloga (coordenadora), Aderval Costa Filho, Rafael Lopes Franco, Vinicius Pereira de Oliveira, e Cristian Jobi Salaini.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Relatório antropológico "Comunidade Remanescente de Quilombo Povoado Forte, Município de Cumbe/SE I.Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e do Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto de Agricultura
Familiar e do Desenvolvimento Agrário

CARLOS EDUARDO BOVO
Diretor da Coordenação-Geral de Gestão
Estratégica, Monitoramento e Avaliação
(CGMA/ NEAD)

WILLY DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador-Geral de Gestão Estratégica,
Monitoramento e Avaliação (CGMA/ NEAD)

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E SOCIAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS